NEOLIBERALISMO, NEOIMPERIALISMO E DESEMPREGO EM ALAGOAS

Tatiana Lyra Lima Félix[1]

Artur Bispo dos Santos Neto[2]

RESUMO

O presente texto tem como objetivo situar o desemprego na particularidade histórica do capitalismo contemporâneo sob a dominação neoimperialista e neoliberal no estado alagoano da nação brasileira. Antes de adentrar no âmbito regional, buscar-se-á apreender a mundialização do capital no contexto da crise estrutural dos anos 1970, o processo de flexibilização aliado à política neoliberal e à dominação neoimperialista operacionalizada pelo capital transnacional. As consequências advindas desses processos de reestruturação do capital para conter a crise estrutural beiram os limites absolutos do sistema capitalista pelas contradições geradas em seu interior. O desemprego crônico, como um fenômeno vinculado à lógica da acumulação capitalista, está no cerne dessas contradições, uma vez que seu agravamento é intrínseco a sua sede inesgotável por acumulação de capital.

Palavras-chave:Crise estrutural; Políticas Econômicas; Desemprego.

ABSTRACT

This text aims to situate unemployment in the historical particularity of contemporary capitalism under neo-imperialist and neo-liberal domination in the Brazilian-Alagoas state. Before entering the regional scope, we will seek to understand the globalization of capital in the context of the structural crisis of the 1970s, the flexibilization process combined with neoliberal policy and neo-imperialist domination operated by transnational capital. The consequences arising from these processes of capital's process to contain the structural crisis border the absolute limits of the capitalist system by the contradictions generated within it. Chronic unemployment, as a phenomenon linked to the logic of capitalist accumulation, is not at the heart of these contradictions, since its aggravation is intrinsic to its inexhaustible thirst for capital accumulation.

Keywords: Structural crisis; Economic Policies; Unemployment

[1] Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Graduada, mestre e doutoranda em Serviço Social. Bolsista na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: tatianalyra@yahoo.com.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Graduado e mestre em Filosofia, doutor em Letras e Linguística e pós-doutor em Filosofia. Professor Associado III nos cursos de Filosofia e Serviço Social e Professor Permanente no Programa de pós-graduação em serviço social - UFAL. E-mail: artur.neto@ichca.ufal.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo situar os elementos mais decisivos acerca da problemática do desemprego crônico vinculada aos limites absolutos do capital, conforme Mészáros (2002), em sua expansão e acumulação na contemporaneidade. Fundamentado numa compreensão teórica marxista, por meio da pesquisa bibliográfica, o tema objetiva aprofundar as discussões em torno das contradições geradas no interior da acumulação do capital. O cerne da questão a ser discutida é o esgotamento dos problemas estruturais, em particular o desemprego, na órbita contraditória do sistema produtivo que se adensa no contexto do neoliberalismo e da dominação neoimperialista. Este intensifica uma constelação de práticas econômicas, políticas e culturais adotadas pelo imperialismo clássico que tinha como cerne ampliar a capacidade das economias avançadas de extrair lucros das economias atrasadas.

A nova espécie de imperialismo desenvolvido pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial será intensificada na década de 1980 com a hipertrofia do capital financeiro e as medidas neoliberalistas impostas pelos organismos de fomento internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (WOOD, 2003). A relação assimétrica estabelecida entre a economia dos Estados Unidos e o restante da economia mundial será observada pela posição desempenhada por *Wall Street*, pela força do dólar, pela situação de suas grandes empresas transnacionais e pela posição-chave ocupada pelas tecnologias mais avançadas e seu poderoso complexo industrial-militar (DUMÉNIL-LÉVY, 2007).

Nos ditames da dominação neoimperialista e neoliberal, o caráter universal do capital se estende aos lugares mais distantes e isolados do globo terrestre, ativando seus limites absolutos de controle sociometabólico. Nessa direção, o desemprego se alastra ao lado de inúmeros processos de privatizações de interesses das grandes corporações transnacionais. Para entendermos como essa realidade atinge o mundo contemporâneo, e particularmente o estado de Alagoas da nação brasileira, torna-se imprescindível a reflexão a seguir.

2. NEOLIBERALISMO, NEOIMPERIALISMO E DESEMPREGO NOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL.

A humanidade tem experimentado nos dias atuais um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ideológicos desencadeados por uma crise do capital global, que tem se revelado como uma crise estrutural. Essa crise, conforme Mészáros (2002, p. 798), abrange todas as esferas do sistema do capital como resultado de suas dimensões internas fundamentais: “produção, consumo e circulação, distribuição, realização” Como tendência, a ampliação e o fortalecimento dessas dimensões reproduzem os processos de crise, atingindo, de forma extensa e contínua, uma escala de alcance verdadeiramente global.

A crise estrutural frequentemente se revela tanto nos processos internos quanto nas instituições públicas do capital. Em meio a instabilidades socioeconômicas, a alta burguesia tem reverenciado a política neoliberal como uma arma poderosa que privilegia a lógica do mercado transnacional. Conforme Santos Neto (2020, p. 28), enquanto expressão da necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições, “o capital recorreu ao neoliberalismo a partir da década de 1970, o que significou o fim do pacto taylorista-fordista e o esgotamento das políticas que marcaram os anos dourados do capitalismo”.

Como uma crise de dominação em geral, a crise estrutural do capital possui um caráter devastador sobre todas as esferas das atividades no conjunto das relações humanas. Para Meszáros (2002, p. 99), esta crise requer “a extração máxima de trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais”. Nesse processo, o desemprego crônico torna-se evidente num cenário contraditório de extrema desigualdade e de explícita disseminação de desumanizações nos limites do capital em sua sede desenfreada por acumulação.

Conforme Meszáros (2002, p. 185), o processo de acumulação e expansão do capital requer um “domínio absoluto sobre todos os seres, mesmo na forma mais desumana, quando estes deixam de se adaptar a seus interesses e a seu impulso para a acumulação”. As constantes reestruturações do capital em meio ao desenvolvimento das forças produtivas pela monopolização proporcionaram

consequências desumanizadoras que se agravaram na dimensão atual da crise estrutural desse sistema de dominação.

Decorrente dos componentes destrutivos do capital, a crise estrutural desencadeada nos anos 1970 anuncia tanto a autodestruição para o sistema produtivo quanto para a humanidade. Os limites absolutos do capital são ativados no âmbito da crise estrutural, diferentemente do período em que as crises cíclicas, como resultado das contradições entre consumo e produção, não colocavam em risco a expansão e a acumulação do capital.

Atualmente o capital assumiu um caráter universal pela sua capacidade expansiva de adentrar nos lugares mais distantes e isolados do globo terrestre. Esse processo de expansão e domínio ativou seus limites absolutos com a crise estrutural, diversamente dos limites relativos, que podem ser superados quando se expande de modo progressivo "a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Esses limites são considerados absolutos para o sistema do capital porque partem das contradições mais profundas de seu domínio sociometabólico; são limites que possuem consequências desastrosas para a totalidade social em processo de desenvolvimento. Conforme Mészáros (2002), entre os fatores que ativam os limites absolutos do capital, acham-se a particularidade do antagonismo estrutural entre a expansão do capital transnacional e os Estados nacionais e o agravamento do desemprego ao atingir sua dimensão de cronicidade. Tais fatores se incluem no centro de um conjunto de contradições articuladas numa dimensão destrutiva do sistema sociometabólico do capital e, portanto, são insuperáveis nesta forma de sociabilidade.

O antagonismo estrutural que envolve o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais beira um processo de irreconciliação insuperável entre "monopólio e competição", a crescente "socialização do processo de trabalho", "a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos" e "a divisão internacional de trabalho" (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

Sobre a monopolização e a competição, o estabelecimento e a consolidação das grandes cooperações no século XX, com a função de maximizar os lucros e de acumular capital, foram constituintes do próprio capitalismo monopolista e desencadearam uma série de contradições que, ao longo do desenvolvimento produtivo, não foram neutralizadas, mas intensificadas. Mediante essa expansão imperialista e neoimperialista, a competição pelo domínio de forma mais acirrada entre os interesses antagônicos deslocou as contradições para uma escala de intensidade ainda maior. Em poucas décadas desencadearam-se como resultado as duas grandes guerras mundiais, acompanhadas de inúmeras guerras menores e de um leque de desumanizações sem uma solução sustentável.

A grande expansão imperialista – clássica e na forma do novo imperialismo – reforçou as contradições insolúveis dos antagonismos existentes entre o capital transnacional e os Estados nacionais. As chamadas multinacionais, como corporações transnacionais que não possuem meios de se autossustentar, estabeleceram uma reprodução ampliada das contradições mais profundas do capital, em que cada uma das empresas capitalistas se relaciona com o sistema mundial por meio do Estado-nação, tornando-se dependente dele.

Para Mészáros (2002, p. 227), “a tendência fundamental do desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” requerem soluções complexas. Tais contradições estão imbricadas às formas antagônicas da reprodução sociometabólica, cujo domínio pelo trabalho e pela sede de explorar circunda a esfera da extração do trabalho excedente, além de elevar as desigualdades com a dominação estrutural do grande capital pelos países de capitalismo avançado sobre as economias periféricas.

As deficiências estruturais do capital impedem a solução de suas próprias contradições num contexto histórico em que os interesses conflitantes do capitalismo monopolista não possuem mecanismos adequados para garantir o seu necessário deslocamento expansionista. O processo de centralização e concentração do capital segue inexorável mediante “uma lei natural baseada na inconsistência dos participantes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 242).

No âmbito das contradições que cercam as deficiências estruturais do capital, o desemprego crônico ganha cena na atualidade, atingindo até mesmo os países capitalistas mais avançados. Seu teor de cronicidade surge no período de expansão do capitalismo no pós-guerra, como um fenômeno decorrente da crise estrutural. Para Mészáros (2006, p. 74), esse fenômeno pode afetar "o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, mas em todas as suas dimensões fundamentais".

Conforme Santos Neto e Canel (2020, p. 30), as projeções emergenciais e catastróficas em período de crise estrutural se alinham ao mecanismo neoliberal, confirmando a significância do capital financeiro. Num cenário de elevadas taxas de lucros dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais para a liberdade do mercado, "se destrói a rede de proteção social dos trabalhadores e se transforma o desempregado crônico na figura do empreendedor". Como suporte do grande capital, "a lógica da gestão empresarial e da administração da vida individual se generaliza como se fosse uma empresa". A "flexibilização" e a "desregulamentação" aceleram os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, tanto nos negócios quanto na política.

O movimento de recuo do capital ao necessitar da permanência do desemprego crônico, se limita

> pelo nível de instabilidade tolerável que acompanham as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos – e que incluem, em lugar de destaque, a tomada de muitos dos ganhos passados do trabalho e o crescimento inexorável do desemprego – ameaçando com a implosão do sistema, não a periferia, mas a região mais avançada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Na Europa Oriental, na União Soviética e na China, a adoção dos ideais da prosperidade do mercado expôs o perigo do capitalismo selvagem e do desemprego massivo, generalizando mundialmente a condição do desemprego crônico como tendência do capital. A "explosão populacional", sob a forma do desemprego crônico que atinge até os países capitalistas mais avançados, representa um perigo grave para a totalidade do sistema capitalista.

Na verdade, “a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341). Com isso, cresce o desemprego aliado a uma empregabilidade cada vez mais passiva; dá-se a intensificação da precarização e a exploração. A importante lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial encontra-se nas raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade” emparelhada com a legislação trabalhista, por meio da destrutiva globalização capitalista no período de crise estrutural do capital. De acordo com Mészáros (2006, p. 37), “essa lei de equalização é uma tendência de longo prazo, na medida em que o sistema global do capital é afetado”. Quando o “capital nacional total” sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo da sua posição no sistema global, tentará compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho sob o seu controle direto.

A relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais um fenômeno global. O antagonismo entre o capital social global e a totalidade do trabalho sempre foi irreconciliável. Atualmente isso é notório nas circunstâncias socioeconômicas locais, na posição de cada país e no crescimento sócio-histórico mundial. Nessa direção, pode-se afirmar que o capital é incapaz de se impor limites. Mesmo que se queira escamotear a sua essência com paliativos inconsistentes, sua lógica não consegue mais dirimir as consequências de seus antagonismos. Os efeitos da crise estrutural sob a ótica neoliberal e neoimperialista confirmam a incompatibilidade do sistema entre a ordem social existente e aquela na qual a humanidade poderá estar no controle de sua atividade essencial.

3. O DOMÍNIO NEOIMPERIAL E NEOLIBERAL EM TERRAS ALAGOANAS E AS CONSEQUENTES MARCAS DO DESEMPREGO CRÔNICO

O capital dissemina a dimensão desumana e bárbara sobre a humanidade. Os limites do capital para solucionar suas próprias contradições concentram-se atualmente na lógica privatizante das empresas estatais em todo o globo. O livre

mercado ressurge na mediação entre a intervenção estatal das nações imperialistas e a constituição de políticas neoliberais. Nesses termos, o neoliberalismo é a palavra de ordem do capital no contexto de crise estrutural, uma necessidade da reestruturação do sistema capitalista vinculado à acumulação flexível do capital para o atendimento de suas necessidades econômicas primordiais.

Para assegurar a reprodução social em grande escala, o capital se utiliza do neoliberalismo no atendimento dos interesses de seus representantes. O movimento de ascendência dos ideais neoliberais conta com a parceria monopolista profundamente articulada aos objetivos do capital financeiro transnacional. O projeto privatista ganha espaço entre os grandes donos do capital para promover a lucratividade e, ao mesmo tempo, intensificar as contradições que permeiam a esfera do trabalho.

O domínio neoimperialista atrelado às medidas neoliberais acentua a dependência econômica brasileira no mercado transnacional. A partir de 1990, os governos posteriores a Collor deram continuidade às privatizações e às práticas de concessões, em conformidade com o discurso neoliberal. Tais projetos foram executados pelo governo a fim de drenar a riqueza nacional produzida com o suor da classe trabalhadora para as grandes empresas estrangeiras. Esse processo continua permitindo a espoliação da riqueza produzida pelos trabalhadores pelas corporações e consórcios, que contam com linhas de crédito, subvenção, isenção fiscal, financiamentos e o apoio estatal através dos bancos.

Por meio de parcerias público-privadas (PPPs), o governo tem frequentemente investido na venda de suas estatais para as grandes multinacionais estrangeiras, seja em setores como hidrelétricas e ferrovias, seja na transposição do rio São Francisco ou na privatização de portos e aeroportos. Junto às ações governamentais de cunho neoliberal, nota-se o discurso falacioso de uma supervalorização do setor privado em relação ao público. Afirmar que o serviço público não tem a mesma eficiência que o setor privado significa rebaixar as conquistas das lutas dos trabalhadores adquiridas a partir da Constituição Federal de 1988. Na verdade, o setor privado somente se apropria do setor público quando

há lucratividade e quando é possível parasitar os cofres públicos e os recursos conquistados pela classe trabalhadora.

Com esse intuito, o domínio neoimperialista firma-se nos preceitos do neoliberalismo para escoar as riquezas estatais nacionais aos grandes centros do capital. O governo Bolsonaro, a partir de 2019, confirmou sua posição no campo da extrema direita, visando ao atendimento dos interesses lucrativos das grandes multinacionais do capital financeiro. As movimentações das importações para o mercado internacional reverenciam a lógica da privatização e das concessões de setores públicos para o controle das cargas mais lucrativas.

Entre os problemas estruturais que beiram os limites absolutos do capital sob o domínio neoimperialista e neoliberal, o desemprego crônico é um fator preponderante ao lado da acumulação flexível. Nos espaços privatizados, a flexibilização eleva a exploração, e a precarização se adensa na informalidade pela terceirização. Entre essas contradições, o desemprego no Brasil avança alicerçado nos programas de ajustes macroeconômicos de corte neoliberal, mediante uma desregulamentação do mercado de trabalho que se dá desde a década de 1990. Segundo Pochmann (2008), entre 1980 e 2000, a população em idade para o trabalho em situação de desemprego variou de 2,8% para 15%, e o desassalariamento pela contenção dos empregos com registro passou de 49,2% para 36,3%.

O cenário de desemprego no Brasil vem aumentando em conformidade com as medidas neoliberais dos governos que sucederam o de Fernando Collor. Em meio à tendência crescente do domínio neoimperial e neoliberal sobre os países periféricos, os investimentos passam a estreitar as condições de trabalho pela via da precarização e da flexibilização do capital. O cenário se apresenta recheado de contradições sob as marcas históricas da concentração de riqueza extraída, seja pela exploração do trabalho escravo, seja pelo assalariamento. A metamorfose do capital brasileiro representa, tanto nos seus aspectos internos como externos, “o aprimoramento do seu processo de reprodução mediante a subordinação da força de trabalho aos imperativos de controle do grande capital” (SANTOS NETO, 2015, p. 19).

O processo de colonização do Brasil foi um elemento importante para a lógica expansionista do capital. Esse movimento possibilitou que a produção brasileira fosse fonte de acúmulo de riqueza por parte da metrópole. Para Santos Neto (2015, p. 34), na particularidade histórica do capitalismo primitivo no país, houve “uma articulação inexorável entre a produção brasileira e os interesses dos capitalistas europeus”. Tal articulação já demonstrava que a produção mercantil brasileira servia ao mercado internacional. Desse modo, o crescimento das relações de produção no Brasil se efetivou mediante a exploração e a pilhagem da riqueza para a metrópole. A figura do mercador e a expansão marítima fortaleceram o poder transnacional entre o século XVI e o XVIII.

Para Mazzeo (2015, p. 81):

> Historicamente débil e, em última instância, subsumida aos desígnios do monopólio metropolitano, a burguesia brasileira esteve direcionada às composições e acordos com os burgueses reinóis, colocando, assim, as fronteiras da convivência pacífica nos limites da garantia da produção escravista e do tráfico de negros – o suprimento fundamental de mão de obra para as lavouras monocultoras.

O caráter global do modo vigente tem nas desigualdades cada vez mais acentuadas “a lubrificação de suas engrenagens” (MACHADO; LIMA, 2016, p. 88). O capitalismo expande e potencializa a sua sede por acumulação, impondo reestruturações e sofrendo crises para avançar a mundialização. No cenário nordestino brasileiro, o desenvolvimento do capitalismo é travado por conflitos entre os grandes empreendedores do agronegócio e os camponeses. Os grandes empreendedores do agronegócio se apropriaram da terra dos camponeses e expandiram a acumulação de capital por meio da exploração agrária. Esse desenvolvimento no Nordeste brasileiro possui o legado de uma economia agroexportadora, com ênfase na dependência econômica dos países centrais.

Em Alagoas, os desdobramentos econômicos, sociais e ambientais são condicionados pela hegemonia da produção sucroalcooleira. Desde o período colonial, a burguesia agrária alagoana exerce domínio sobre as atividades econômicas e gerenciais do Estado para beneficiar os interesses do capitalismo mundial. Isso evidencia uma contínua dependência em relação aos países centrais,

na medida em que se consolida, numa sequência histórica, o crescimento econômico e político da burguesia brasileira.

Conforme Machado e Lima (2016, p. 167):

> O capital industrial alagoano surge como uma síntese das contradições do capital agroexportador e seus limites produtivos. Essa é uma situação característica do capitalismo alagoano, que se desenvolve de forma conservadora em relação a sua estrutura primitiva, reagindo contra qualquer reforma ou elemento que surja ameaçando sua hegemonia. Esse capitalismo, de forma geral, tem a função de auxiliar na reposição do capital em sua totalidade, ou seja, no capitalismo mundial e nacional.

A burguesia agrária alagoana junto ao Estado burguês vem atuando continuamente no reforço do conservadorismo, dada a sua dependência ideológica, política e econômica do capitalismo transnacional. O capital comercial e agrário se apropria do capital industrial e financeiro, “desencadeando uma reestruturação da antiga produção, mas mantendo suas características essenciais, inclusive o caráter conservador da burguesia que respondia por esse capital” (MACHADO; LIMA, 2016, p. 167).

Em Alagoas, o acúmulo de riqueza destinado à agroexportação, garantido pela implantação industrial centrada no Polo Cloroquímico, acompanha a tendência da modernização nos marcos da dependência, análoga à transformação do engenho em usina. Os traços de continuidade desvelam-se na unidade entre modernidade e dependência, na indústria moderna com a exportação de produtos primários, e na integração financeira com o capital agrário exportador, hoje assumindo a forma das grandes multinacionais que escoam as riquezas nacionais em prol da ambição lucrativa para longe de nossas terras.

Grande parte da população alagoana padece dos ditames da desigualdade inerente ao capitalismo monopolista. À medida que avançam as contradições dos processos de crise estrutural do capital, aliados ao domínio neoimperial e neoliberal, Alagoas, representando “1,78% da região Nordeste e 0,32% do Brasil, um dos menores estados do país” (GONÇALVES, 2016, p. 89), não fica de fora das condições do desemprego crônico com as quais o mundo tem sido afetado.

Segundo Santos Neto e Fernandes (2020, p. 15), a partir de 2020, o problema sanitário desencadeado pela pandemia do Sars-CoV-2 reforça “os limites estruturais do sistema capitalista e a impossibilidade de colocar a vida humana acima dos imperativos centrados na necessidade de ampliação e de expansão das taxas de lucro”. Em meio às medidas de isolamento social para o controle da pandemia do Covid-19, segundo dados do IBGE, houve um agravamento dos problemas da disponibilidade de oferta no mercado de trabalho. Não houve uma estabilidade, mas um elevado patamar nas estatísticas que acentuam as graves incidências do desemprego crônico no estado alagoano.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE, demonstra que “a taxa de desocupação em Alagoas chegou a 20% no terceiro trimestre de 2020 (meses de julho, agosto e setembro). A alta foi de 2,2 pontos percentuais na comparação com o trimestre anterior (17,8%) e de 4,6 pontos percentuais em relação ao terceiro trimestre de 2019 (15,4%)”. Essa é a maior taxa registrada para o estado na série histórica do IBGE iniciada desde 2012, o que corresponde a 222 mil desempregados. Ou seja, 25 mil pessoas a mais entraram na fila em busca de um trabalho no estado (G1, 2020).

Em comparação ao Brasil e ao Nordeste, o estado de Alagoas tem a terceira taxa mais alta de desocupação e fica atrás somente de Sergipe, com 20,3%, e da Bahia, com 20,7%. A média nacional é de 14,6%. O aumento na taxa de desemprego, em meio ao isolamento social para o controle da pandemia de Covid-19, reforçou a pressão sobre o mercado de trabalho no terceiro trimestre. O contingente de ocupados caiu 1,4% na comparação com o segundo trimestre – um total de 892 mil pessoas empregadas, o menor patamar da série histórica iniciada em 2012, que foi de 33,7%, na época o menor da série.

Essas oscilações que os dados acima apontam denotam uma contradição intrínseca aos limites absolutos do capital. O avanço desordenado das privatizações no estado, entre outros projetos que interceptam a esfera neoimperial do capital, reforça um nível de exploração cada vez mais acentuado sobre a classe trabalhadora. As gotas de suor da classe trabalhadora confirmam a essência de um sistema degradante, que conduz ao rebaixamento da dignidade do ser humano.

4. CONCLUSÃO

Em Alagoas, a configuração econômica preserva o desemprego crônico no interior dos limites absolutos do capital sob crises de magnitude estrutural e, portanto, sem soluções no horizonte capitalista. O mercado de trabalho é vulnerável às crises econômicas, o desemprego aumenta quando a turbulência da crise mundial afeta a economia no estado. A política neoliberal avança junto ao domínio neoimperial do capital, deixando suas marcas sobre o pauperismo das massas, a degradação do meio ambiente e o avanço da barbárie em meio a uma acumulação de riquezas sem precedentes.

A centralização e a concentração de capitais sob o domínio neoimperial e neoliberal intensificam as contradições geridas nos limites absolutos do capital. Como parte constitutiva da essência do modo de produção capitalista, no âmago de sua lei geral de acumulação, os problemas de ordem estrutural avançam sem solução no horizonte burguês. Não há reconciliação entre os antagonismos do sistema na estrutura do capital e o modo de ser das estruturas mundiais sob o seu domínio.

O desemprego crônico é consequência do agravamento das contradições presentes no interior da estrutura do capital. As relações de poder no capitalismo que permeiam a sua estrutura mundial na atualidade atingem de forma degradante todas as esferas da vida. Para resolver o problema, é preciso ultrapassar os limites do sistema vigente pela via revolucionária. A luta da classe trabalhadora pela emancipação humana em plena sintonia com o projeto socialista de Marx torna-se o alvo a ser alcançado.

REFERÊNCIAS

CANAONLINE. **Único terminal para estocar açúcar no Porto de Maceió será leiloado.** Disponível em: http://www.canaonline.com.br/conteudo/unico-terminal-para-estocar-acucar-no-porto-de-maceio-sera-leiloado.html. Acesso em: 23 de fev. de 2021.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas Sociais Compensatórios: experiência brasileira. In: **Revista Praia Vermelha**, n. 1, v. 23, p. 01-320, Rio de Janeiro, jan/jun, 2013.

DUMÉNIL, Gérard, LÉVEY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Endereço eletrônico: file:///D:/Downloads/Neoliberalismo_neo-imperialismo.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

FÉLIX, Tatiana Lyra Lima. Capitalismo Tardio na Dinâmica Histórico-conjuntural Brasileira. In: **Expressões da Questão Social em Alagoas:** estudos de aspectos sociais históricos e econômicos. COSTA, Gilmaisa. PIMENTEL, Edlene. (Orgs). Maceió: Edufal, 2020.

_____. LIMA, Laura. O Processo Sócio histórico de Constituição da Pobreza em Alagoas: a complexificação no contexto de crise estrutural. In: **Expressões da Questão Social em Alagoas:** estudos de aspectos sociais históricos e econômicos. COSTA, Gilmaisa. PIMENTEL, Edlene. (Orgs). Maceió: Edufal, 2020.

G1. **Alagoas fecha 3º trimestre com taxa recorde de desempregados, aponta IBGE.** Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/11/27/alagoas-fecha-3o-trimestre-com-taxa-recorde-de-desempregados.ghtml. Acesso em: 27 de marc. de 2021.

GONÇALVES, Japson. Um velho mercado de trabalho para um novo semiárido: Alagoas em perspectiva. In: **'Questão Social' em Alagoas:** expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital. SOUZA, Diego. GONÇALVES, Japson. ALCÂNTARA, Norma. FREIRE, Silene. **(Orgs).** Maceió: Edufal, 2016.

MACHADO, Fabiano Duarte. LIMA, Matheus Carlos Oliveira de Lima. (Orgs). **História econômica de Alagoas:** a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: Edufal, 2016.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

MÉSZÁROS, Istvan. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie. Trad. Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial, maio de 2002.

PIMENTEL, Edlene. A Crise Estrutural do Capital e a Contradição entre Capital Transnacional e os Estados Nacionais. In: **Crise Contemporânea, Desafios do Conhecimento e Lutas Sociais.** COSTA, Gilmaisa. PIMENTEL, Edlene. ALCÂNTARA, Norma. SOUZA, Reivan. (Orgs). Maceió: Edufal, 2017.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e Trabalho na Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. FERNANDES Elaine. (Orgs). **Coronavírus e a crise do capital:** impactos aos trabalhadores e a natureza. Goiânia: Ed. Phillos Academy, 2020.

_____. CANEL, José Jânio Camelo. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. In: **Coronavírus e a crise do capital:** impactos aos trabalhadores e a natureza. SANTOS NETO, Artur Bispo dos. FERNANDES, Elaine. (Orgs). Goiânia: Ed. Phillos Academy, 2020.

WOOD, Ellen. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. São Paulo: **Revista Crítica Marxista**, n.19, 2004.